



## **Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

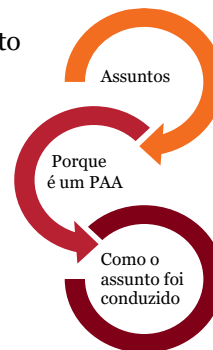
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



---

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Construção do parque eólico (Nota 10)</b></p> <p>Durante o exercício de 2017, a Companhia concluiu a construção de seu parque de geração de energia eólica e em 31 de dezembro de 2017 possui registrado em seu ativo imobilizado o valor de R\$ 170.853, sendo esse seu ativo de maior relevância e correspondendo a 55,6% de seus ativos totais. A Companhia iniciou suas atividades operacionais e comerciais somente no quarto trimestre de 2017.</p> <p>Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a construção do parque de geração de energia eólica foi a principal atividade da Companhia durante o exercício e envolve valores significativos que precisam estar adequadamente suportados por contratos e outros documentos comprobatórios.</p>	<p>Como resposta de auditoria, entre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:</p> <p>Efetuamos a leitura e interpretação dos contratos firmados com os principais fornecedores afim de identificar eventuais cláusulas que pudessem resultar em obrigações adicionais para a Companhia.</p> <p>Verificamos, em base amostral, os documentos fiscais que suportam as aquisições realizadas bem como os respectivos pagamentos efetuados para os fornecedores.</p> <p>Efetuamos ainda comparação dos desembolsos de recursos efetivados na construção do parque de geração de energia eólica com o respectivo de desembolso inicialmente aprovado pela Companhia.</p> <p>Por fim, realizamos leitura das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Consideramos que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis estão consistentes com as informações auditadas.</p>

---

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação



Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 12 de março de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "PricewaterhouseCoopers", is written over the text of the firm's name.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Leandro Sidney Camilo da Costa", is written over the text of the auditor's name.

Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Balanço patrimonial em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>		<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	124.203	14.972	Fornecedores		930	1.565
Contas a receber de partes relacionadas	9	5.032	-	Empréstimos e financiamentos	13	31.139	-
Impostos e contribuições a recuperar		44	61	Dividendos a pagar	16	2.774	-
Outros ativos		816	1.826	Impostos e contribuições a recolher	14	639	83
		<u>130.095</u>	<u>16.859</u>	Partes Relacionadas	12	97.257	-
				Provisões	15	865	-
				Outros passivos		504	-
						<u>134.108</u>	<u>1.648</u>
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	10	170.853	37.608	Empréstimos e financiamentos	13	108.228	-
Intangível	11	6.071	6.406	Impostos e contribuições a recolher	14	716	76
Outros ativos		77	14	Provisões	15	2.982	-
		<u>177.001</u>	<u>44.028</u>			<u>111.926</u>	<u>76</u>
				Total do passivo		<u>246.034</u>	<u>1.724</u>
				Patrimônio Líquido	16		
				Capital social		52.156	59.163
				Reserva Legal		584	-
				Reservas de lucros		8.322	-
				Total do patrimônio líquido		<u>61.062</u>	<u>59.163</u>
Total do ativo		<u>307.096</u>	<u>60.887</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>307.096</u>	<u>60.887</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

## Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>
<b>Lucro bruto</b>		
Receita líquida dos produtos vendidos	17	17.892
Custo dos produtos vendidos		<u>(3.980)</u>
		<u>13.912</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas		(1.412)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(198)</u>
		(1.610)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>12.302</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	18	
Receitas financeiras		1.171
Despesas financeiras		<u>(864)</u>
		307
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>12.609</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Correntes		<u>(929)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>11.680</u></u>

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração das mutações no patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 1º de janeiro de 2016</b>		9.592	-	-	-	9.592
Aumento de capital		49.570	-	-	-	49.570
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		<u>59.163</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.163</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.680	11.680
Aumento de capital	1.1 (b)	90.250	-	-	-	90.250
Redução de capital	1.1 (b)	(97.257)	-	-	-	(97.257)
Constituição de reserva legal		-	584	-	(584)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.774)	(2.774)
Transferência para reserva		-	-	8.322	(8.322)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		<u>52.156</u>	<u>584</u>	<u>8.322</u>	<u>-</u>	<u>61.062</u>



**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		12.609	-
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	3.456	-
Juros de empréstimos e financiamentos		<u>(1.907)</u>	<u>-</u>
		14.158	-
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>			
Contas a receber		(5.032)	-
Impostos e contribuições a recuperar		17	(61)
Outros ativos		-	(1.826)
<b>Decréscimo (acrécimo) em passivos</b>			
Fornecedores		-	1.483
Impostos e contribuições a recolher		631	141
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		9.774	(263)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		<u>(365)</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>9.409</u>	<u>(263)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de ativo imobilizado		(131.639)	(24.965)
Outros ativos		(63)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<u>(131.702)</u>	<u>(24.965)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13 (a)	141.274	-
Aumento de capital	1.1(b)	90.250	39.400
<b>Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos</b>		<u>231.524</u>	<u>39.400</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		109.231	14.173
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>14.972</u>	<u>799</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<u>124.203</u>	<u>14.972</u>
<b>Principais transações que não afetam o caixa</b>			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		3.847	
Redução de capital a pagar		97.257	
Dividendos a pagar		2.774	

# Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Contexto operacional

A Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), com sede em Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, tem por objeto social a construção, instalação, implantação, operação, administração, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 14, assim como geração e comercialização da energia produzida por este empreendimento. A Companhia é uma produtora independente de energia elétrica, pelo prazo de 35 anos contados a partir de março de 2016.

A Companhia é controlada direta da *holding* Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. (“Ventos de São Vicente”) e indireta da Votorantim S.A. (“VSA”). A VSA é uma Companhia de capital fechado integralmente controlada pela família “Ermírio de Moraes” e que constitui a *holding* das empresas Votorantim, com sede na cidade de São Paulo, Brasil.

#### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2017

##### (a) Entrada do parque em operação comercial

A implantação de todos os aerogeradores da Companhia foi concluída em 06 de julho de 2017 e a partir de 18 de agosto de 2017, a Companhia entrou em fase de operação comercial, com a totalidade da energia gerada durante a fase de operação comercial em 2017 vendida para a Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., de acordo com as regras do mercado livre de comercialização de energia.

##### (b) Aumento e redução de capital

Em 3 de abril de 2017, a *holding* Ventos de São Vicente realizou aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 1.500, mediante a emissão e subscrição de 1.500.000 ações ordinárias, aumentando o capital social para R\$ 60.663.

Em 5 de junho de 2017, a Ventos de São Vicente realizou um novo aporte de capital no montante de R\$ 49.500, mediante a emissão e subscrição de 49.500.000 ações ordinárias, aumentando o capital social para R\$ 110.163.

Em 7 de julho de 2017, a Ventos de São Vicente realizou um aporte de recursos adicional no montante de R\$ 2.250, mediante a emissão e subscrição de 2.250.000 ações ordinárias, aumentando o capital social para R\$ 112.413.

Em 25 de julho de 2017, foi realizado o último aporte de capital na Companhia pela Ventos de São Vicente no montante de R\$ 37.000, mediante a emissão e subscrição de 37.000.000 ações ordinárias, aumentando o capital social para R\$ 149.413. Todos os recursos aportados na Companhia foram utilizados para implantação do parque eólico.

Em 4 de outubro de 2017, a *holding* Ventos de São Vicente aprovou a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 97.257, por considera-lo excessivo, mediante o cancelamento de 97.256.554 ações ordinárias. A devolução dos recursos deverá ser realizada até 31 de dezembro de 2018, sem juros ou correção monetária e está registrada como um passivo financeiro em 31 de dezembro de 2017.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1 Base de apresentação

##### (a) Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2017, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não ocorreram transações classificadas como outros componentes do resultado abrangente. Por esta razão, a Companhia não apresenta a demonstração do resultado abrangente.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

**(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 28 de fevereiro 2018.

**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

**3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações**

**Novas normas ainda não adotadas**

As normas a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

**(a) CPC 48 / IFRS 9 – "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração"**

**Principais pontos introduzidos pela norma – vigência 1º de janeiro de 2018**

Essa norma aborda três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. O IFRS 9 tem o objetivo substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

**Classificação e mensuração**

A norma traz uma nova avaliação para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, os quais serão definidos com base no fluxo de caixa contratual e no modelo de negócio da entidade, e introduz uma nova classificação de ativo financeiro, a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

***Impairment***

A IFRS 9 define que uma entidade deve mensurar uma perda de crédito esperado desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A norma traz a possibilidade da Companhia realizar essa estimativa através de um modelo geral, no qual há a necessidade de monitorar se há algum aumento de risco de crédito significativo, ou por um modelo simplificado.

**Impactos da adoção**

**Classificação e mensuração**

A Companhia analisou a classificação de seus instrumentos financeiros ativos, com base nas três novas categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a valor justo por meio do

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

resultado, e não espera um impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração.

*Impairment*

A Companhia aplicará a abordagem simplificada para reconhecer a perda de crédito esperada para as contas a receber de clientes. A metodologia de apuração da provisão para perdas está baseada em uma matriz de risco, a qual está sendo constituída por dados históricos de perdas para todas as faixas de vencimento ("aging list") e dados prospectivos, inclusive considerando os títulos a vencer. A Companhia não espera um impacto significativo como resultado da aplicação dessa matriz.

**(b) CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de contratos com clientes”**

**Principais pontos introduzidos pela norma – vigência 1º de janeiro de 2018**

Esta norma introduz uma estrutura abrangente para determinar a mensuração da receita e quando a receita deverá ser reconhecida.

De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando: (i) existe um contrato aprovado por escrito ou oral; (ii) é identificado a obrigação de desempenho do contrato; (iii) é possível determinar o preço da transação e alocar por obrigação de desempenho; e (iv) a obrigação de desempenho é satisfeita.

A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 - Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

**Impactos da adoção**

**Classificação e mensuração**

A Companhia concluiu a análise do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras, assim sendo:

As receitas provenientes das vendas de energia são atualmente reconhecidas quando da entrega ao cliente, considerando como o momento que os riscos e benefícios são transferidos e a receita e custo podem ser mensurados confiavelmente.

Diante do exposto, não foi identificado impacto na mensuração e reconhecimento das receitas de venda de energia na adoção da IFRS 15.

**(c) IFRS 16 – “Leases”**

**Principais pontos introduzidos pela norma – vigência 1º de janeiro de 2019**

A IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos tanto para o arrendatário quanto para o arrendador. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção dos arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Essa norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **Impactos da adoção**

A Companhia iniciou avaliação do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Nessa análise inicial foi identificada necessidade de reconhecer novos ativos e passivos para seus arrendamentos de terras. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e despesas de juros pela atualização dos passivos de arrendamento.

A Companhia ainda está quantificando o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos.

A Companhia aplicará o IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019 e espera divulgar o efeito quantitativo da adoção e sua abordagem de transição antes desta data.

## **4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (i) Imobilizado (Nota 10)
- (ii) intangível (Nota 11)
- (iii) Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)
- (iv) Provisões (Nota 15)

## **5 Gestão de risco financeiro**

### **5.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado; (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia segue a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da VSA, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito. Adicionalmente, objetiva a preservação da liquidez.

#### **(a) Risco de Mercado**

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos, tais como oscilações de taxas de juros. A governança e suas macro-diretrizes estão definidas na Política Financeira Votorantim.

Adicionalmente, a Companhia adota política específica para a gestão de riscos de mercado de energia, aprovada pela Administração, a qual estabelece parâmetros que visam o controle da exposição da carteira de compra e venda de energia, assim como seus riscos inerentes, decorrentes da variação dos preços spot de energia, das

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

projeções de preços futuros e da composição do lastro de energia para planos futuros.

**(b) Risco de crédito**

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota X. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

São realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas garantias para proteger os interesses da Companhia.

**5.2 Estimativa do valor justo**

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

**Ativos financeiros** - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

**Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2** - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- (ii) O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- (iii) O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- (iv) A análise de fluxos de caixa descontados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e os passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados nos níveis 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo:

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Nota</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalente de caixa	8	124.203	14.972
		<u>124.203</u>	<u>14.972</u>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	139.367	-
		<u>139.367</u>	<u>-</u>

### 5.3 Demonstrativos da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos são a exposição à flutuação das taxas de juros e dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança as políticas financeiras da Companhia e suas controladas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2017 estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2017, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2018;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2017;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2017.

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa (i)	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Impactos no resultado					
				Cenário I		Cenários II & III			
				Choque nas curvas de 2017	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros BRL-CDI	124.190	27.000		0 bps	Resultados do cenário I	(1.672)	(3.345)	1.672	3.345

- (i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, pois a análise realizada contemplou somente os cenários de taxas de juros sobre o valor principal das operações financeiras.

### 5.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de oferecer, de maneira consistente, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode propor para aprovação da Administração, a revisão do valor dos lucros distribuídos a serem pagos, a devolução do capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou a venda de ativos.

Um dos importantes indicadores pelo qual a Empresa monitora o capital baseia-se no índice de alavancagem financeira, apurado através da divisão entre a dívida líquida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído ou adicionado o valor justo de contratos de derivativos. O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro líquido adicionando-se o resultado de equivalência patrimonial, a realização dos resultados abrangentes na baixa de investimentos, o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e contribuição social, mais depreciação, amortização e exaustão e os dividendos recebidos de investidas. São excluídos ainda da apuração do EBITDA ajustado os itens excepcionais considerados pela Administração.

# Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6 Instrumentos financeiros por categoria

#### Política contábil

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

#### (a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

#### (b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. São mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

#### *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

É mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecida na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Ativos</b>			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	8	124.203	14.972
Contas a receber de clientes	9	5.032	-
		<u>129.235</u>	<u>14.972</u>
<b>Passivos</b>			
Ao custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	13	139.367	-
Fornecedores		930	1.565
		<u>140.297</u>	<u>1.565</u>

### 7 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e nas aplicações financeiras:

	<u>Rating local</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
AA+	116.227	2.010
AA-	7.976	12.962
	<u>124.203</u>	<u>14.972</u>



**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Rating). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da Standard & Poor's e Fitch Ratings.

**8 Caixa e equivalentes de caixa**

**Política contábil**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Moeda nacional		
Caixa e bancos	12	2
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	102.179	14.970
Operações Compromissadas	22.012	-
	<u>124.203</u>	<u>14.972</u>

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

**9 Contas a receber de clientes**

**Política contábil**

Correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

	<u>2017</u>
Partes relacionadas	2.997
Clientes nacionais	<u>2.035</u>
	<u>5.032</u>

A receita por fornecimento e suprimento de energia é determinada de acordo com os preços definidos em contrato.

Não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. O saldo de contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros.

**10 Imobilizado**

**Política contábil**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado,

## Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para determinar o valor recuperável.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

#### Impairment do imobilizado

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido impactados por *impairment*, serão revisados subsequentemente para a análise de possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais no segundo semestre de 2017 e em suas análises qualitativas, não identificou a existência de indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

#### Composição e movimentação

	2017				
	Máquinas e equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Obras em andamento	Total
Saldo no início do exercício				37.608	37.608
Adições	-	-	2.982	132.014	134.996
Depreciação	(2.916)	(197)	(8)	-	(3.121)
Provisão fase de construção	-	-	-	1.369	1.369
Transferências	155.845	15.147	-	(170.992)	-
Saldo final	152.929	14.950	2.974	-	170.853

Todos os gastos e custos do período de construção que se encontravam no imobilizado em curso foram unitizados no imobilizado em serviço.

#### 11 Intangível

##### Política contábil

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Com o início da operação do parque eólico, esses gastos serão amortizados e tratados como custo de produção.

#### Composição e movimentação

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2017	
	Direito de exploração	Total
Saldo no início do exercício	6.406	6.406
Amortização	(335)	(335)
Saldo final	6.071	6.071

## 12 Partes relacionadas

O saldo do passivo circulante refere-se à redução do capital social aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de outubro de 2017, no montante total de R\$ 97.257. A devolução dos recursos será realizada até 31 de dezembro de 2018, sem juros ou correção monetária.

## 13 Empréstimos e financiamentos

### Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### (a) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante	Não circulante	Total	Valor justo
		2017	2017	2017	2017
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES	TJLP + 2,11%	3.628	108.228	111.856	102.048
Debêntures	106% CDI	27.511	-	27.511	27.529
		<u>31.139</u>	<u>108.228</u>	<u>139.367</u>	<u>129.577</u>

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CDI – Certificado de depósito interbancário

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. É o custo básico de financiamentos do BNDES.

### (b) Perfil dos vencimentos

Modalidade	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	A partir de 2027	Total
<b>Moeda nacional</b>												
BNDES	3.628	6.982	6.982	6.982	6.982	6.982	6.982	6.982	6.982	6.982	45.390	111.856
Debêntures	27.511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.511
	<u>31.139</u>	<u>6.982</u>	<u>6.982</u>	<u>6.982</u>	<u>6.982</u>	<u>6.982</u>	<u>6.982</u>	<u>6.982</u>	<u>6.982</u>	<u>6.982</u>	<u>45.390</u>	<u>139.367</u>
	<u>22,34%</u>	<u>5,01%</u>	<u>5,01%</u>	<u>5,01%</u>	<u>5,01%</u>	<u>5,01%</u>	<u>5,01%</u>	<u>5,01%</u>	<u>5,01%</u>	<u>5,01%</u>	<u>32,57%</u>	<u>100,00%</u>

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**(c) Garantias**

Em 31 de dezembro de 2017, a totalidade do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia estavam garantidos por avais da VSA. A garantia da VSA nos financiamentos com BNDES será liberada após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato.

**(d) Movimentação**

	<b>2017</b>
Captações (i)	141.274
Provisão de juros	783
Apropriação dos custos de captações, líquida das adições	(2.690)
Saldo no final do exercício	<u>139.367</u>

- (i) No exercício de 2017, a Santo Afonso realizou as captações abaixo com a finalidade de desenvolvimento de projetos eólicos:

<b>Data</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Moeda</b>	<b>Valor</b>	<b>Custo</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Garantidor</b>
set/17	Debênture	BRL	27.000	106% CDI	2018	Votorantim S.A
dez/17	BNDES	BRL	114.274	TJLP + 2,06%	2034	Votorantim S.A e Ventos de São Vicente

**14 Impostos e contribuições a recolher**

**Política contábil**

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

**Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda no Brasil. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nos diversos negócios.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

**Composição**

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS a recolher	718	78
Imposto de renda pessoa jurídica	326	39
Contribuição social sobre o lucro líquido	165	16
COFINS a recolher	97	-
PIS a recolher	21	-
Outros impostos e contribuições a recolher	28	26
	<u>1.355</u>	<u>159</u>

**15 Provisões**

**Política contábil - obrigações com desmobilização de ativos**

As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento de terras dos parques eólicos de Ventos do Piauí I, determinadas controladas da Companhia possuem a obrigação de desmontar e retirar os aerogeradores destas terras, bem como outros ativos do imobilizado.

A provisão para desmobilização dos parques eólicos representa a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia e, por se tratarem de obrigações de longo prazo, foram ajustadas a valor presente por uma taxa de desconto. Os custos de desmobilização de ativos são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil do ativo.

Em 31 de dezembro de 2017 a taxa de desconto utilizada foi de 7,93%.

**Composição e movimentação**

	<u>2017</u>		
	<u>Desmobilização de</u>	<u>Ambiental (ii)</u>	<u>Total</u>
	<u>ativos (i)</u>		
Saldo no início do exercício			
Adições	2.982	865	3.847
Saldo no final do exercício	<u>2.982</u>	<u>865</u>	<u>3.847</u>

- (i) Em 2017 houve o levantamento e o registro no montante ajustado a valor presente de R\$ 2.982 para cobertura dos custos futuros de desmobilização do parque eólico após o final da autorização.
- (ii) O governo do Piauí estabelece ao empreendimento o pagamento de compensação ambiental, referente ao impacto ambiental causado pelo mesmo.

**16 Patrimônio líquido**

**Políticas contábeis**

**(a) Capital social**

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 52.156 (2016 – R\$ 59.163), composto por 52.156.000 (2016 – 59.162.555) ações ordinárias.

**(b) Distribuição de lucros**

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício com base no contrato social.

**(c) Lucro por ações**

É calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores pela quantidade de ações em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

**17 Receita**

**Política contábil**

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não será considerado mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido resolvidas.

**Venda de energia elétrica**

As operações de compra e venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

	<b>2017</b>
Receita bruta	<u>18.570</u>
Venda de energia elétrica	<u>18.570</u>
Impostos sobre vendas e serviços	<u>(678)</u>
Receita líquida	<u><u>17.892</u></u>

As receitas da Companhia são em sua totalidade em Reais e dentro do mercado interno brasileiro.

**18 Resultado financeiro líquido**

	<b>2017</b>
Receitas financeiras	
Receita de aplicações financeiras	<u>1.171</u>
	<u>1.171</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(769)
Despesas de captação	(14)
	<u>(81)</u>
	<u>(864)</u>
	<u><u>307</u></u>

**19 Seguros**

A Companhia contrata diferentes tipos de apólices de seguros, tais como seguros de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil, proporcionando proteção para seus ativos, bem como para danos a terceiros. A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil, para suas operações no Brasil com coberturas e condições, consideradas pela Administração, adequadas aos riscos inerentes. Além das coberturas anteriores, a Companhia mantém em vigor as apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes

**Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**  
**Notas explicativas da administração às demonstrações**  
**financeiras em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

considerados adequados pela Administração.

**20 Eventos subsequentes**

**(a) Resgate antecipado de debentures**

No dia 10 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou o resgate antecipado da debênture emitida, no valor R\$27.000.

**(b) Pagamento parcial da redução de capital**

Em 11 de janeiro de 2018, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 92.000 para Ventos de São Vicente como parte da devolução da redução de capital aprovada em 4 de outubro de 2017.